



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O Município de **GLORINHA/RS**, por sua Pregoeira Oficial, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações, Lei Complementar nº. 147/2014, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.990, de 31 de março de 2023, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (Internet), utilizando métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, denominado Pregoeiro, mediante Portaria nº 704/2025 e Equipe de apoio nº 972/2025 a inserção e monitoramento de dados no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente edital é a seleção de propostas visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS DE EXAMES, destinados ao atendimento da demanda da rede municipal de saúde do Município de Glorinha**, conforme Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

2.2. As quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I, deste edital poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

2.3. A validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.4. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata, os quantitativos poderão ser renovados em sua integralidade.

2.5. Os valores registrados, em caso de prorrogação, serão reajustados de acordo com a variação do IPCA, após o período de 12 (doze) meses.

3. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

3.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia **18/06/2026 às 09h** ao dia **02/07/2026 às 08h29min.**

3.2. LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS: até o dia **29/06/2026 às 23h59min.**

3.3. ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia **02/07/2026 às 08h30min.**

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: dia **02/07/2026 às 09h.**

3.5. Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Estar credenciado perante o **Portal de Compras Públicas:** www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

5.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.





5.4. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 5.3. supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5.6. Para fins de comprovação da condição de Micro ou Pequena Empresa, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão apresentar, a certidão expedida pela Junta Comercial (emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas deste edital) ou Declaração assinada por profissional contábil ou representante legal, comprovando enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, para fins de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. No caso do licitante se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), comprovar-se-á através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) ou, ainda, no caso de Cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07. (**Modelo Anexo II**).

6. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

6.1. Os fornecedores interessados em participar do presente pregão, deverão fazer seu credenciamento junto ao Portal de Compras, acessando o seguinte endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer fornecedor, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação, cumprindo as exigências, terá acesso ao portal.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua suspensão no Cadastro de Fornecedores.

6.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Glorinha a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos





praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com o disposto no item anterior.

7.2. Somente poderá participar da rodada de lances, a licitante que anteriormente tenha cadastrado a **proposta de preços, exclusivamente pela plataforma de compras do Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.3. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas, bem como empresas enquadradas como Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, conforme Lei Complementar nº 123/06, que estejam credenciadas junto ao Órgão Provedor do Sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema de "Pregão Eletrônico" implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.6. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Glorinha, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá DECLARAR:

a) Manifestar o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade com as exigências previstas no Edital.

b) Que inexistam fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Que não emprega menor em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º XXXIII, da Constituição Federal do Brasil.

7.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

7.9. Os representantes das Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"





empresas enquadram-se nessa (s) categoria (s).

7.10. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante, bem assim, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de sua eventual desconexão.

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do **empate**, previsto no art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, que tiverem apresentado a declaração de que trata o item 5.6 do Edital.

8.1.1. Entende-se como empate ficto, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a Beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.2.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 8.2, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.3. O disposto nos itens 8.1 e 8.2, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, bem como às empresas que deixarem de declarar e apresentar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, no momento do envio de suas propostas e documentações pelo sistema.

8.3.1. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, endereço de e-mail do proponente e telefone de contato do licitante, preferencialmente com acesso à aplicativo de mensagens, para que sejam utilizados como mecanismo oficial e válido de comunicação / notificação / cientificação de



todas as intercorrências contratuais ao contratado, sendo desnecessários avisos por correio ou publicações legais. Cabe ao contratado a verificação de seu correio eletrônico, tendo por início dos prazos ofertados das comunicações, o envio da correspondência eletrônica por parte do município contratante, independentemente da confirmação de leitura e/ou recebimento.

8.4. Se não houver licitante que atenda ao item 8.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado Rio Grande do Sul;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

9.2.1. Os licitantes deverão apresentar a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.3. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.4. Os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus





decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridas no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e declaração de vencedores.

9.9. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

9.10. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A partir do horário previsto para a abertura das propostas terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, cujo acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de referência – Anexo I.

10.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

10.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

11. DA DISPUTA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

11.1. Será adotado o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

11.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.

11.4. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de seu registro e valor.

11.5. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.6. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

11.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

11.8. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

11.9. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.11. No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

11.12. A etapa de envio de lances na sessão pública **durará 10 (dez) minutos** e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

11.13. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.14. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.15. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

11.16. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

11.17. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

11.18. Encerrada a fase de lances da sessão pública será encaminhada, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação





em condições diferentes das previstas neste edital.

11.19. A negociação será realizada por meio do sistema, no prazo de no mínimo 2(duas) horas e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.20. Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo, o pregoeiro negociará com o arrematante para que ele baixe sua proposta a, pelo menos, o valor de referência. Caso não seja possível, o item será considerado cancelado e licitado futuramente.

12. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

12.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h** (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou outro, no prazo de **24h** (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

12.4.2. Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo, o pregoeiro negociará com o arrematante para que ele baixe sua proposta a, pelo menos, o valor de referência. Caso não seja possível, o item será considerado cancelado e licitado futuramente.

12.4.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"





- b) Cadastro de Fornecedores do órgão, se for o caso;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria- Geral da União;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União; e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário.

13.2.1. Os licitantes encaminharão os documentos complementares exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em formato digital, sob pena de inabilitação.

13.2.2. Os documentos deverão ser apresentados através de cópia por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

13.2.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.3. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

13.4. PARA FINS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS, VIA SISTEMA ELETRÔNICO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS www.portaldecompraspublicas.com.br, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

13.4.1. A licitante deverá encaminhar, obrigatoriamente, por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, através de chave de acesso e senha, quando convocado pelo pregoeiro, no prazo de 4 horas, (podendo ser prorrogado a pedido no chat pelo mesmo prazo) a seguinte documentação abaixo relacionada:

13.5. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, devidamente assinada pelo seu representante legal da proponente;

b) Declaração de que atendem a todas as exigências de habilitação (art. 67, IV da Lei 14.133/2021);

c) Declaração de que não foram declaradas inidôneas para licitar com o Poder Público, em qualquer das suas esferas **e que não sofreu condenação por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, nos últimos anos.**

d) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021. (Anexo VI).

e) Declaração da licitante indicando endereços eletrônicos para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando se comprometer com o acompanhamento diário dos endereços eletrônicos, providenciando a confirmação de recebimento, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(is), conforme modelo do anexo VIII.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e em outras normas, conforme modelo anexo IX. Esta declaração deverá ser adaptada caso a empresa se submeta ao regramento contido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 ou não, conforme opções constantes no modelo.

13.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinado no item 8.3. deste edital, deverão apresentar certidão expedida pela **Junta Comercial** (emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas deste edital) **ou Declaração assinada por profissional contábil ou representante legal da licitante**, comprovando enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte, para fins de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. No caso do licitante se enquadrar como Microempreendedor Individual (MEI), comprovar-se-á através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) ou, ainda, no caso de Cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07. (**Modelo Anexo II**).

13.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida no item 13.5 inclusive de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

13.9. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar o pregão.

13.10. A qualquer momento, durante a vigência do processo licitatório poderá ser solicitada documentação atualizada.

13.11. Para fins de HABILITAÇÃO sob os itens 13.14 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Glorinha,





cujos documentos deverão estar permanentemente atualizados, em consonância com o art. 87, da Lei Federal nº 14.133/21.

13.12 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas atualizadas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.13. Os documentos deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

- a)** Se o licitante for a matriz da empresa, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b)** Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial;
- c)** No caso de filial, é dispensada a apresentação dos documentos que, pela própria natureza, comprovadamente sejam emitidos em nome da matriz;
- d)** O atestado de capacidade técnica pode ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

13.14. Para fins de habilitação, o licitante vencedor deverá apresentar documentação relativa à:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b)** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigo e devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a)** Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu de forma satisfatória os materiais/medicamentos objeto desta licitação.
- b)** Alvará Sanitário vigente, expedido pela Vigilância Sanitária (VISA) competente;
- c)** Comprovante de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- d)** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica ativa junto ao respectivo Conselho Regional profissional competente (CRBM, CRF ou CRM);
- e)** Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo órgão de classe, identificando o profissional habilitado que responderá pelo laboratório;





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

f) Declaração formal, assinada por seu representante legal, atestando que a empresa possui plena disponibilidade de infraestrutura técnica, equipamentos e pessoal para o fiel cumprimento da execução dos serviços

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

b) Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente;

IV – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica – CNPJ;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de Regularidade Conjunta de Débitos relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional –PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;

e) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município da proponente;

f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS, em vigor, que poderá ser obtida no site da prefeitura, dúvidas entrar em contato com município de Glorinha/RS;

g) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;

h) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

14. DAS PROPOSTAS

14.1. Durante o prazo de recebimento das propostas, estas deverão ser enviadas **exclusivamente** por meio eletrônico, no **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

14.2. Após ser declarado vencedor, o licitante vencedor deverá elaborar a **PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA AO LANCE VENCEDOR NEGOCIADO** e encaminhar, devidamente **assinada**, juntamente com a **declaração de integralidade de custos (Ver modelo disponível no anexo VIII)**, no prazo de até **24h** (vinte e quatro) horas de dias úteis, devendo ser anexada através do sistema do **Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br**, conforme edital e modelo de proposta de preços – **Anexo VII**. (Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original)

Após análise da proposta de preços readequada, será solicitado via diligência o envio de toda documentação exigida nos itens 13.5 e 13.14 do edital. O prazo para envio será de 4 horas de dias úteis, caso seja necessário, poderá ser prorrogado por mais 4 horas o prazo para envio, desde que solicitado via chat pelo fornecedor.

14.3. Os valores unitário e total dos itens deverão ser consignados em moeda nacional (R\$). Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, frete, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço dos materiais.

14.4. A validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

14.5. O prazo de execução é conforme especificado no Termo de referência, após o recebimento da Autorização de Compras/Nota de Empenho.

14.6. Não serão aceitas propostas que contenham mais de **2 (duas) casas** após a vírgula e que, por qualquer outro motivo, não atendam as exigências do edital.

14.7. Deverá ser anexada à proposta Declaração de que a proposta econômica da empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo Anexo IX. Caso esta declaração não seja apresentada, a empresa restará desclassificada, conforme disposto no §1º, art.63 da Lei 14.133/2021.

14.8. Entende-se por encargos referentes à proposta os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

14.9. A proposta será julgada pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

14.10. A proposta deverá indicar a **MARCA e MODELO (se houver)**, do item ofertado.

14.11. O licitante vencedor deverá anexar a proposta assinada através do www.portaldecompraspublicas.com.br Portal de Compras Públicas.





15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O Pagamento será efetuado **até o 15º (décimo quinto) dia útil** após a entrega da Nota Fiscal ou subsequente a prestação do serviço, conforme autorização de compras/empenho emitida pela Secretaria solicitante e, atestada pelo Secretário da Pasta, por depósito em conta corrente do fornecedor, conforme as quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal, juntamente com a documentação comprobatória completa que é prevista em contrato, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

15.2. Para o caso de faturas incorretas e ou falta de documentação comprobatória relacionadas no contrato, a Prefeitura Municipal de Glorinha terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para devolução à contratada, passando a contar novo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA e ou documentação comprobatória, abaixo relacionada.

- a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);
- b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;
- c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS
- e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;
- f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

15.3. Na Nota Fiscal do produto deverá constar o código GTIN do mesmo, conforme §6º da cláusula terceira do ajuste SINIEF Nº 07/2005, quando for o caso.

15.4. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da licitante vencedora que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

15.5. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria Municipal solicitante.

15.6. Os pagamentos serão efetuados somente em CONTA BANCÁRIA, em nome da Pessoa Jurídica.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após a homologação da presente licitação, será assinada a Ata de Registro de Preços, conforme previsto no ANEXO IX. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da assinatura, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos a qual terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

16.2. Será enviado, via e-mail, em arquivo PDF, a(s) Ata(s) de Registro de Preços, ao(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura, e posterior retorno, no prazo de até 72h após a confirmação de recebimento do e-mail, via SEDEX.



PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

Se o licitante vencedor, injustificadamente, não assinar o instrumento ou não devolvê-lo em até 72h após a confirmação de recebimento, decairá o direito de preferência, devendo ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o referido instrumento, nas condições acima descritas.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, justificadamente, durante o seu transcurso, e desde que aceito pela Administração Municipal.

16.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços é facultado à Administração Municipal emitir Ordem de Compras/Serviço e Nota de Empenho em favor da(s) empresa(s) registrada(s), a qual, juntamente com este Edital e seus Anexos, terão força de Contrato, caso a Administração opte por valer-se da prerrogativa estabelecida pelo art. 92, da Lei Federal n.14.133/2021, **substituindo o instrumento de contrato pela respectiva Nota de Empenho.**

16.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado à(s) empresa(s) beneficiária(s) do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.5.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro, quando a Administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços.

16.6. Os itens e preços registrados, bem como os respectivos fornecedores, ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16.7. Excepcionalmente, quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para se atingir o quantitativo total, respeitando-se a ordem de classificação das empresas e desde que referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

16.8. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal de Glorinha que não tenha participado deste certame licitatório, mediante prévia consulta ao Setor de Compras e Licitações, desde que devidamente comprovada a vantagem.

17. DA REVISÃO DOS PREÇOS

17.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no art. 124, II letra "d" da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a administração municipal convocará os





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º A redução do preço registrado será comunicada pela administração municipal às unidades administrativas que tiverem formalizado contrato com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

17.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, ou seja antes da emissão do empenho, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a administração municipal a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, ou comunicar seus preços atualizados.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados, decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

praticados no mercado.

§ 5º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.4. Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

II - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

IV - Não aceitar o preço revisado pela Administração.

18.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela administração municipal:

I - Pelo cancelamento de preços registrados;

II - Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

III - Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

18.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

19. DO CONTRATO

19.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

19.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 14 deste





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante

20. DO REGISTRO CADASTRAL

20.1. Administração Pública Municipal deverá utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, nos termos do artigo 87, da Lei n.º 14.133, de 2021.

§ 1º É proibida a exigência, pela administração pública, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

§ 2º A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

§ 3º Na hipótese a que se refere o §2.º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) e dos serviços prestados. Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria Municipal solicitante, ao receber a NF, emitir o competente Termo de Recebimento do material/serviço, devendo, para tanto, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas juntamente com a documentação comprobatória completa (abaixo relacionada), que é prevista em contrato, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);

b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;

c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;

e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;

f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

21.2. Não será aceito produto/serviço que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os objetos recusados pela Fiscalização

Contratual deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 10 dias, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização Contratual.

21.3. Em caso de aprovação do produto/serviço pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, juntamente com um atestado, à SMF/Contabilidade.

21.4. A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração Municipal, a fim de representá-la durante a execução contratual.

21.5. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais/serviços, por parte das Secretarias Municipais, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação do serviço entregue ao Poder Público.

21.6. Comunicar oficialmente à empresa contratada quanto à rejeição do(s) serviços(s).

21.7. Exigir da empresa contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

21.8. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

21.9. Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à Empresa contratada.

21.10. Instruir o(s) recurso(s) da empresa contratada no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município.

21.11. No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

22.DAS OBRIGAÇÕES

22.1. Emitir as Notas de Empenho, conforme necessidade.

22.2. Receber, conferir e atestar os produtos entregues.

22.3. Informar formalmente eventuais inconformidades observadas nos itens entregues.

22.4. Efetuar o pagamento conforme prazos e condições estabelecidos no edital.

22.5. São obrigações da Contratada:

22.6 A Contratada se obrigará a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Glorinha, imediatamente, qualquer alteração nas





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

condições que deram ensejo à sua habilitação.

22.7. A contratada deverá disponibilizar, sob sua total responsabilidade e ônus, imóvel destinado à sede do laboratório/posto de coleta, o qual deverá estar localizado obrigatoriamente na região central do município de Glorinha/RS.

22.8. As instalações físicas (prédio, áreas de recepção, coleta e sanitários) deverão atender plenamente às normas de acessibilidade universais (Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) e às normas sanitárias vigentes (RDC ANVISA nº 50/2002 e RDC nº 786/2023, ou as que virem a substituí-las).

22.9. A licitante vencedora terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, para indicar o local do imóvel à Contratante e estruturar o posto de coleta, cuja abertura e início das atividades fiquem condicionados à prévia vistoria e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

22.10. A contratada deverá realizar, obrigatoriamente, a coleta domiciliar para pacientes acamados ou com restrição severa de mobilidade, mediante prévia solicitação e agendamento formalizado pelas Unidades de Saúde do Município.

22.11. A contratada deverá assegurar rastreabilidade das amostras, identificação segura dos pacientes, sigilo das informações, controle interno e externo de qualidade e emissão de laudos claros, completos e tecnicamente validados por profissional habilitado.

23. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

III - Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

a) Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

b) A sanção prevista no inciso I do **caput** deste item será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do Item 23](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) A sanção prevista no inciso II do **caput** deste item, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21.

d) A sanção prevista no inciso III do **caput** deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do item 23](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

e) A sanção prevista no inciso IV do **caput** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do item 23](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na letra “d” deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

f) A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste item será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

g) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste item poderão





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste item.

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

i) A aplicação das sanções previstas no **caput** deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.3. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do item 23.2](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.4. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do item 23.2 do edital](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

a) Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste item será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

b) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

c) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

d) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste item;

II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23.5. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

23.6 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e,





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.7. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

23.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

23.8.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

23.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

a) A sanção pelas infrações previstas nos [incisos VIII e XII do caput](#), exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23.10. As sanções descritas no *caput* também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocado, não honrar o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

24. DA RESCISÃO

24.1. O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei Federal nº 14.133/21 no art. 104, confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - Extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - Fiscalizar sua execução;

IV - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

- a) Risco à prestação de serviços essenciais;
- b) Necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do **caput** deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

24.2. Em caso de rescisão unilateral, a Administração Municipal poderá, ainda, convocar os outros licitantes na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda as condições do edital.

24.3. As partes poderão, ainda, promover amigavelmente a rescisão do contrato.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1. As impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do pregão serão recebidas em até **3 (três) dias úteis**, antes da data fixada para a abertura das propostas, **exclusivamente**, por meio de formulário

eletrônico, no **Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br.

25.2. A resposta a impugnação ou pedido de esclarecimento será divulgada em sistema eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.3. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação.

25.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

25.5. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 25.3 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação da ata de julgamento;
- b) A apreciação dar-se-á em fase única.

25.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não o reconsiderar o ato ou decisão no prazo **de 3(três) dias uteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação a autoridade superior, a qual devera proferir sua decisão no prazo máximo





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

de **10 (dez) dias uteis**, contado do recebimento dos autos.

25.7. O acolhimento do recurso implicara invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

25.8. O prazo para apresentação de **contrarrazões** será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou divulgação da interposição de recurso.

25.9. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Glorinha. Av. Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro - CEP: 94380-000 - Glorinha/RS.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

26.2. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

26.3. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

26.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

26.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município.

26.7. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.8. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

26.9. A Prefeitura Municipal de Glorinha adjudicará o objeto desta Licitação a um ou mais Proponentes, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

26.10. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da Prefeitura Municipal de Glorinha todos os esclarecimentos satisfatórios à



PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

26.11. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

26.12. Fica vedada a participação de pessoas físicas.

26.13. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

26.14. Fazem parte deste edital, como anexos:

Termo de Referência – Anexo I;

Modelo de Declaração Enquadramento ME e EPP - Anexo II;

Modelo de Declaração – unificada – (não emprega menor..., exigências de habilitação e idoneidade) – Anexo III;

Modelo de Declaração para indicação de endereço eletrônico – Anexo IV

Modelo de Declaração de Reserva de Cargos – Anexo V

Modelo de Declaração Inexistência de vínculo com Órgão Público – Anexo VI

Modelo de Proposta de Preços – Anexo VII;

Minuta de Declaração de Integralidade de Custos – Anexo VIII

Minuta da Ata Registro de Preços – Anexo IX.

Modelo de Declaração de Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018 – Anexo X

Glorinha, 17 de junho de 2026.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho
Prefeito Municipal



TERMO DE REFERÊNCIA¹

Município de: Glorinha/RS

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Necessidade da Administração: Contratação de empresa especializada em serviços de coleta e análises clínicas e patológicas de exames.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, processamento, análise e emissão de resultados de exames clínicos laboratoriais e patológicos, destinados ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde do Município de Glorinha/RS.

A contratação compreende, conforme necessidade da Administração, a realização de exames de análises clínicas e patológicas para apoio diagnóstico na atenção básica, especializada e demais serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal.

Incluem-se no objeto os serviços correlatos indispensáveis à adequada execução contratual, tais como coleta de material biológico, triagem, acondicionamento, transporte, processamento, análise, liberação de laudos, disponibilização de resultados por meio físico e/ou eletrônico, controle de qualidade e suporte técnico, observadas as normas sanitárias e regulatórias aplicáveis.

O fornecimento será parcelado, de acordo com a demanda efetiva da Administração, dentro dos quantitativos registrados, sem obrigação de contratação integral do saldo estimado.

A natureza do objeto caracteriza-se como serviço comum, passível de definição objetiva por especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se no dever constitucional do Poder Público de assegurar o direito à saúde, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, bem como nas diretrizes do Sistema Único de Saúde.

A rede municipal própria de saúde não dispõe de capacidade operacional suficiente para absorver, com regularidade e integralidade, toda a demanda por exames laboratoriais e patológicos, especialmente diante da variedade, complexidade técnica e oscilação quantitativa dos procedimentos solicitados.

A contratação é necessária para garantir acesso tempestivo e contínuo aos serviços de apoio diagnóstico, essenciais à conduta clínica, ao acompanhamento terapêutico, à prevenção de agravos e à resolutividade da assistência prestada aos usuários do SUS.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da sazonalidade e imprevisibilidade da demanda, permitindo solicitações conforme a necessidade real da Administração, com maior eficiência na gestão dos recursos públicos e redução de desperdícios.

A solução encontra respaldo no planejamento administrativo e na necessidade pública permanente de manutenção da assistência à saúde, assegurando continuidade, economicidade, padronização e atendimento ao interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na disponibilização, por empresa especializada, de estrutura técnica e operacional apta à realização de exames clínicos laboratoriais e patológicos, desde a coleta do material até a entrega do resultado final, em conformidade com protocolos técnicos, normas sanitárias e exigências da Administração.

Os serviços deverão contemplar, conforme solicitação do Município, exames de rotina e exames de maior complexidade, abrangendo materiais biológicos diversos, inclusive sangue, urina, fezes, secreções e outros compatíveis com o escopo assistencial da rede municipal.

A contratada deverá assegurar rastreabilidade das amostras, identificação segura dos pacientes, sigilo das informações, controle interno e externo de qualidade e emissão de laudos claros, completos e tecnicamente validados por profissional habilitado.

A execução abrangerá atendimento às unidades indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo envolver coleta em pontos determinados pela Administração,

processamento em unidade laboratorial própria ou credenciada da contratada e devolução dos resultados em prazo compatível com a urgência clínica de cada exame.

A solução adotada permite flexibilidade operacional, atendimento contínuo e ampliação da capacidade diagnóstica do Município sem necessidade de expansão imediata da estrutura própria.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços possuem natureza de **serviços comuns**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, visando o registro de preços.

- **Da Infraestrutura Física e Localização:**

I - A contratada deverá disponibilizar, sob sua total responsabilidade e ônus, imóvel destinado à sede do laboratório/posto de coleta, o qual deverá estar localizado obrigatoriamente na região central do município de Glorinha/RS;

II - As instalações físicas (prédio, áreas de recepção, coleta e sanitários) deverão atender plenamente às normas de acessibilidade universais (Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) e às normas sanitárias vigentes (RDC ANVISA nº 50/2002 e RDC nº 786/2023, ou as que virem a substituí-las);

III - A licitante vencedora terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, para indicar o local do imóvel à Contratante e estruturar o posto de coleta, cuja abertura e início das atividades fiquem condicionados à prévia vistoria e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

- **Da Operação e Horário de Atendimento**

I - As atividades de agendamento, acolhimento, coleta de material biológico e entrega de resultados impressos deverão ser executadas na sede do município, em horário comercial, observando o atendimento mínimo de 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

II - A contratada deverá realizar, obrigatoriamente, a coleta domiciliar para pacientes acamados ou com restrição severa de mobilidade, mediante prévia solicitação e agendamento formalizado pelas Unidades de Saúde do Município.

- **Do Fluxo de Atendimento e Entrega de Resultados**

I - O atendimento aos usuários do SUS dar-se-á exclusivamente mediante a apresentação do documento de autorização emitido pela Secretaria Municipal de Saúde (guia de encaminhamento/regulação), acompanhado da respectiva requisição do profissional de saúde assistente.

II - Os resultados dos exames deverão ser entregues de forma impressa no mesmo local em que foi realizada a coleta, respeitando os prazos técnicos específicos de cada tipo de procedimento.

III - Adicionalmente à entrega presencial, a contratada deverá disponibilizar uma **plataforma digital segura (via internet/portal web)** para consulta e extração dos laudos pelos pacientes e profissionais de saúde autorizados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

- **Dos Recursos Humanos, Materiais e Sistemas**

I - Correrão por conta exclusiva da contratada todos os custos e insumos necessários para a perfeita execução do objeto, incluindo recursos humanos, equipe técnica qualificada, Responsável Técnico habilitado, equipamentos, materiais de consumo, kits de coleta, medicamentos de suporte para exames, descarte de resíduos de saúde (PGRSS) e logística de transporte de amostras.

II - A contratada obriga-se a utilizar e alimentar o sistema de informação em saúde adotado pelo Município, tanto para fins de faturamento quanto para o registro, controle e comprovação dos procedimentos efetivamente realizados.

- **Do Faturamento e Relatórios**

I - Até o 10º (décimo) dia subsequente ao mês de prestação dos serviços (fechamento da fatura mensal), a contratada deverá encaminhar ao Setor de Compras da Saúde, através do e-mail institucional compras.saude@glorinha.rs.gov.br relatório gerencial consolidado contendo o somatório quantitativo e nominal de exames realizados, segregados por unidade de saúde solicitante, juntamente com a Nota Fiscal e certidões negativas de débito.

- **Dos Requisitos de Habilitação Técnica e Regularidade Setorial**

I - A instituição contratada deverá apresentar e manter válidos durante toda a execução contratual os seguintes documentos:

a) Alvará Sanitário vigente, expedido pela Vigilância Sanitária (VISA) competente;

b) Comprovante de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;

- c) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica ativa junto ao respectivo Conselho Regional profissional competente (CRBM, CRF ou CRM);
- d) Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) emitida pelo órgão de classe, identificando o profissional habilitado que responderá pelo laboratório;
- e) Declaração formal, assinada por seu representante legal, atestando que a empresa possui plena disponibilidade de infraestrutura técnica, equipamentos e pessoal para o fiel cumprimento da execução dos serviços.

- **Qualificação econômico-financeira:**

- a) Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente;
- b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da Sede.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução ocorrerá de forma indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento parcelado dos serviços de acordo com as demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os exames serão solicitados mediante requisição da rede municipal, contendo identificação do paciente, exame requerido, prioridade clínica e unidade solicitante.

A contratada deverá realizar a coleta e/ou receber amostras conforme fluxos definidos pela Administração, observando protocolos de identificação, acondicionamento e integridade do material biológico.

Os resultados deverão ser disponibilizados em sistema eletrônico, e quando solicitado, em meio físico, garantindo acessibilidade à equipe assistencial e segurança da informação.

A contratada responderá pela qualidade, exatidão e confiabilidade dos exames, inclusive pela repetição sem ônus à Administração quando constatada inconformidade técnica, erro analítico, falha de identificação ou inadequação de coleta atribuível à contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e avaliada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que exercerão as seguintes funções:

Gestor do Contrato: Servidor responsável pela coordenação geral, aspectos administrativos, aditamentos e aplicação de sanções.

Fiscal Técnico/Operacional: Servidor da Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo acompanhamento diário da prestação dos serviços, conferência das guias de exames, prazos de entrega e atendimento aos usuários.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos causados à Administração Pública ou a terceiros.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 5990/2023, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por igual período, nos termos da legislação vigente. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata, os quantitativos poderão ser renovados em sua integralidade.

Os valores registrados, em caso de prorrogação, serão reajustados de acordo com a variação do IPCA, após o período de 12 (doze) meses.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da prestação dos serviços objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 15 (dias) dias uteis, contados do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preços – menor preço por lote.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 2.124.912,00**.

Valores conforme tabela SUS/SIGTAP:

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | QUANT. | VALOR UNIT. R\$ |
|------|-----------|---|--------|-----------------|
| 1 | 202090019 | ACIDO ÚRICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES | 250 | 1,89 |
| 2 | 202090027 | ADENOGRAMA | 250 | 5,79 |
| 3 | 202050017 | ANÁLISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA | 8.000 | 3,70 |
| 4 | 202080013 | ANTIBIOGRAMA | 50 | 4,98 |
| 5 | 202080021 | ANTIBIOGRAMA COM CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA | 250 | 13,33 |
| 6 | 202080030 | ANTIBIOGRAMA PARA MICROBACTERIAS | 250 | 13,33 |
| 7 | 202080056 | BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR (HANSENIASE) | 50 | 4,20 |
| 8 | 202080064 | BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR TUBERCULOS (CONTROLE) | 50 | 4,20 |
| 9 | 202080048 | BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA) | 50 | 4,20 |
| 10 | 202080072 | BACTEROSCOPIA (GRAM) | 50 | 2,80 |
| 11 | 202090035 | CITOLOGIA PARA CLAMIDIA | 250 | 4,33 |
| 12 | 202090043 | CITOLOGIA PARA HERPESVIRUS | 250 | 4,33 |
| 13 | 202020010 | CITOQUIMICA HEMATOLOGICA | 250 | 6,48 |
| 14 | 202050025 | CLEARANCE DE CREATININA | 50 | 3,51 |
| 15 | 202050033 | CLEARANCE DE FOSFATO | 250 | 3,51 |
| 16 | 202050041 | CLEARANCE DE UREIA | 250 | 3,51 |
| 17 | 202030016 | CONTAGEM DE LINFOCITOS B | 250 | 15,00 |
| 18 | 202030024 | CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8 | 50 | 15,00 |
| 19 | 202030032 | CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS | 50 | 15,00 |
| 20 | 202020029 | CONTAGEM DE PLAQUETAS | 3.500 | 2,73 |
| 21 | 202020037 | CONTAGEM DE RETICULOCITOS | 50 | 2,73 |
| 22 | 202080080 | CULTURA DE BACTERIAS PARA IDENTIFICACAO | 3.500 | 5,62 |
| 23 | 202080110 | CULTURA PARA BAAR | 50 | 5,63 |
| 24 | 202080129 | CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS | 300 | 10,25 |
| 25 | 202080102 | CULTURA PARA HERPESVIRUS | 300 | 4,33 |
| 26 | 202080137 | CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS | 250 | 4,19 |
| 27 | 202030040 | DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO) | 250 | 65,00 |
| 28 | 202030059 | DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO) | 250 | 96,00 |
| 29 | 202110010 | DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO) | 300 | 8,80 |
| 30 | 202120015 | DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS | 250 | 10,65 |
| 31 | 202010023 | DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO | 300 | 2,01 |
| 32 | 202030067 | DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50) | 250 | 9,25 |
| 33 | 202010040 | DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS) | 250 | 3,63 |

| | | | | |
|----|-----------|---|-------|-------|
| 34 | 202010074 | DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICEMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS) | 300 | 10,00 |
| 35 | 202030075 | DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE | 700 | 2,83 |
| 36 | 202060012 | DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE | 50 | 12,54 |
| 37 | 202050068 | DETERMINAÇÃO DE OSMOLALIDADE | 250 | 3,70 |
| 38 | 202060020 | DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3 | 250 | 12,54 |
| 39 | 202060039 | DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO | 250 | 14,69 |
| 40 | 202020070 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO | 50 | 2,73 |
| 41 | 202020100 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY | 250 | 9,00 |
| 42 | 202020096 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO – DUKE | 250 | 2,73 |
| 43 | 202020118 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS | 250 | 5,79 |
| 44 | 202020126 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA | 300 | 2,85 |
| 45 | 202020134 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA) | 1.000 | 5,77 |
| 46 | 202020142 | DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) | 600 | 2,73 |
| 47 | 202020150 | DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO (VHS) | 3.000 | 2,73 |
| 48 | 202120023 | DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO | 500 | 1,37 |
| 49 | 202030083 | DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA | 2.000 | 9,25 |
| 50 | 202060047 | DOSAGEM DE 17 - ALFA -HIDROXIPROGESTERONA | 50 | 10,20 |
| 51 | 202010767 | DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D | 7.000 | 15,24 |
| 52 | 202010104 | DOSAGEM DE ACETONA | 300 | 1,85 |
| 53 | 202060071 | DOSAGEM DE ÁCIDO 5 – HIDROXI –INDOL - ACÉTICO (SEROTONINA) | 250 | 6,72 |
| 54 | 202010112 | DOSAGEM DE ÁCIDO ASCÓRBICO | 300 | 2,01 |
| 55 | 202010120 | DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO | 6.000 | 1,85 |
| 56 | 202070050 | DOSAGEM DE ÁCIDO VALPROÍCO | 50 | 15,65 |
| 57 | 202050076 | DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRÁFIA) | 250 | 3,70 |
| 58 | 202060080 | DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH) | 250 | 14,12 |
| 59 | 202070077 | DOSAGEM DE ALCOOL ETÍLICO | 250 | 2,01 |
| 60 | 202060098 | DOSAGEM DE ALDOSTERONA | 50 | 11,89 |
| 61 | 202030091 | DOSAGEM DE ALFA – FETOPROTEÍNA | 50 | 15,06 |
| 62 | 202010155 | DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA | 50 | 3,68 |
| 63 | 202010163 | DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA | 250 | 3,68 |
| 64 | 202010171 | DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA | 250 | 3,68 |
| 65 | 202070085 | DOSAGEM DE ALUMÍNIO | 50 | 27,50 |
| 66 | 202010180 | DOSAGEM DE AMILASE | 300 | 2,25 |
| 67 | 202070093 | DOSAGEM DE AMINOGLICOSÍDEOS | 250 | 10,00 |
| 68 | 202010198 | DOSAGEM DE AMONÍACO | 250 | 3,51 |
| 69 | 202060110 | DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA | 250 | 11,53 |
| 70 | 202070107 | DOSAGEM DE ANFETAMINAS | 250 | 10,00 |
| 71 | 202020169 | DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE | 250 | 4,11 |
| 72 | 202031187 | DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINAIS RECOMBINANTE HUMANO IGA | 250 | 18,55 |
| 73 | 202070115 | DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICÍCLICOS | 250 | 10,00 |
| 74 | 202030105 | DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) | 2.500 | 16,42 |
| 75 | 202070123 | DOSAGEM DE BARBITURATOS | 50 | 13,13 |
| 76 | 202070131 | DOSAGEM DE BENZODIAZEPÍNICOS | 250 | 13,48 |

| | | | | |
|-----|-----------|---|-------|-------|
| 77 | 202030113 | DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA | 250 | 13,55 |
| 78 | 202010201 | DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES | 3.000 | 2,01 |
| 79 | 202070140 | DOSAGEM DE CADMIO | 250 | 6,55 |
| 80 | 202010210 | DOSAGEM DE CALCIO | 3.000 | 1,85 |
| 81 | 202010228 | DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL | 50 | 3,51 |
| 82 | 202060128 | DOSAGEM DE CALCITONINA | 250 | 14,38 |
| 83 | 202070158 | DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA | 50 | 17,53 |
| 84 | 202070166 | DOSAGEM DE CARBOXI - HEMOGLOBINA | 250 | 4,11 |
| 85 | 202010236 | DOSAGEM DE CAROTENO | 250 | 2,01 |
| 86 | 202070174 | DOSAGEM DE CHUMBO | 50 | 8,83 |
| 87 | 202070182 | DOSAGEM DE CICLOSPORINA | 250 | 58,61 |
| 88 | 202050084 | DOSAGEM DE CITRATO | 350 | 2,01 |
| 89 | 202010260 | DOSAGEM DE CLORETO | 50 | 1,85 |
| 90 | 202070190 | DOSAGEM DE COBRE | 50 | 3,51 |
| 91 | 202010279 | DOSAGEM DE COLESTEROL HDL | 9.000 | 3,51 |
| 92 | 202010287 | DOSAGEM DE COLESTEROL LDL | 9.000 | 3,51 |
| 93 | 202010295 | DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL | 9.000 | 1,85 |
| 94 | 202010309 | DOSAGEM DE COLINESTERASE | 400 | 3,68 |
| 95 | 202030121 | DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3 | 50 | 17,16 |
| 96 | 202030130 | DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4 | 50 | 17,16 |
| 97 | 202060136 | DOSAGEM DE CORTISOL | 300 | 9,86 |
| 98 | 202010317 | DOSAGEM DE CREATININA | 9.000 | 1,85 |
| 99 | 202010325 | DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) | 3.000 | 3,68 |
| 100 | 202010333 | DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB | 50 | 4,12 |
| 101 | 202030148 | DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA | 250 | 2,83 |
| 102 | 202060144 | DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA) | 50 | 11,25 |
| 103 | 202010341 | DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA HIDROXIBUTIRICA | 300 | 3,51 |
| 104 | 202010350 | DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA | 300 | 3,51 |
| 105 | 202010368 | DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA | 50 | 3,68 |
| 106 | 202010376 | DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMASFRACIONADAS) | 300 | 3,68 |
| 107 | 202070204 | DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA) | 250 | 8,97 |
| 108 | 202060152 | DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT) | 50 | 11,71 |
| 109 | 202040011 | DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL | 250 | 1,65 |
| 110 | 202060160 | DOSAGEM DE ESTRADIOL | 400 | 10,15 |
| 111 | 202060179 | DOSAGEM DE ESTRIOL | 50 | 11,55 |
| 112 | 202060187 | DOSAGEM DE ESTRONA | 50 | 11,12 |
| 113 | 202070212 | DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA | 250 | 15,65 |
| 114 | 202070220 | DOSAGEM DE FENITOINA | 250 | 35,22 |
| 115 | 202070239 | DOSAGEM DE FENOL | 250 | 2,05 |
| 116 | 202010384 | DOSAGEM DE FERRITINA | 4.000 | 15,59 |
| 117 | 202010392 | DOSAGEM DE FERRO SERICO | 2.000 | 3,51 |
| 118 | 202020290 | DOSAGEM DE FIBRINOGENIO | 50 | 4,60 |
| 119 | 202010406 | DOSAGEM DE FOLATO | 2.000 | 15,65 |
| 120 | 202070247 | DOSAGEM DE FORMALDEIDO | 250 | 3,51 |
| 121 | 202090221 | DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA | 250 | 2,01 |
| 122 | 202010414 | DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL | 250 | 2,01 |
| 123 | 202010422 | DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA | 4.000 | 2,01 |
| 124 | 202090094 | DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA | 250 | 2,01 |
| 125 | 202010430 | DOSAGEM DE FOSFORO | 4.000 | 1,85 |
| 126 | 202090108 | DOSAGEM DE FRUTOSE | 250 | 2,01 |

| | | | | |
|-----|-----------|--|-------|-------|
| 127 | 202090116 | DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA | 250 | 2,01 |
| 128 | 202010457 | DOSAGEM DE GALACTOSE | 250 | 3,51 |
| 129 | 202010465 | DOSAGEM DE GAMA –GLUTAMIL -TRANSFERASE (GAMAGT) | 4.000 | 3,51 |
| 130 | 202060195 | DOSAGEM DE GASTRINA | 250 | 14,15 |
| 131 | 202010473 | DOSAGEM DE GLICOSE | 9.000 | 1,85 |
| 132 | 202010481 | DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE | 250 | 3,68 |
| 133 | 202060209 | DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA | 250 | 15,35 |
| 134 | 202060217 | DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA(HCG, BETA HCG) | 2.000 | 7,85 |
| 135 | 202040020 | DOSAGEM DE GORDURA FECAL | 250 | 3,04 |
| 136 | 202020304 | DOSAGEM DE HEMOGLOBINA | 50 | 1,53 |
| 137 | 202020320 | DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL | 250 | 2,73 |
| 138 | 202010503 | DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA | 6.000 | 7,86 |
| 139 | 202020339 | DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA | 250 | 2,73 |
| 140 | 202060225 | DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH) | 250 | 10,21 |
| 141 | 202060233 | DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO -ESTIMULANTE (FSH) | 500 | 7,89 |
| 142 | 202060241 | DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH) | 500 | 8,97 |
| 143 | 202060250 | DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH) | 8.000 | 8,96 |
| 144 | 202030156 | DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA) | 50 | 17,16 |
| 145 | 202030164 | DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) | 50 | 9,25 |
| 146 | 202030172 | DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG) | 250 | 17,16 |
| 147 | 202030180 | DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM) | 50 | 17,16 |
| 148 | 202030199 | DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE | 250 | 9,25 |
| 149 | 202060268 | DOSAGEM DE INSULINA | 500 | 10,17 |
| 150 | 202010554 | DOSAGEM DE LIPASE | 250 | 2,25 |
| 151 | 202070255 | DOSAGEM DE LITIO | 1.500 | 2,25 |
| 152 | 202010562 | DOSAGEM DE MAGNESIO | 300 | 2,01 |
| 153 | 202070263 | DOSAGEM DE MERCURIO | 50 | 2,04 |
| 154 | 202070271 | DOSAGEM DE META -HEMOGLOBINA | 250 | 4,11 |
| 155 | 202070280 | DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA | 250 | 10,00 |
| 156 | 202070298 | DOSAGEM DE METOTREXATO | 250 | 10,00 |
| 157 | 202050092 | DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA | 1.500 | 8,12 |
| 158 | 202010570 | DOSAGEM DE MUCO - PROTEINAS | 250 | 2,01 |
| 159 | 202050106 | DOSAGEM DE OXALATO | 250 | 3,68 |
| 160 | 202060276 | DOSAGEM DE PARATORMONIO | 500 | 43,13 |
| 161 | 202060284 | DOSAGEM DE PEPTIDEO C | 50 | 15,35 |
| 162 | 202020347 | DOSAGEM DE PLASMINOGENIO | 250 | 4,11 |
| 163 | 202010600 | DOSAGEM DE POTASSIO | 4.000 | 1,85 |
| 164 | 202060292 | DOSAGEM DE PROGESTERONA | 600 | 10,22 |
| 165 | 202060306 | DOSAGEM DE PROLACTINA | 500 | 10,15 |
| 166 | 202030202 | DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA | 250 | 2,83 |
| 167 | 202050114 | DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS) | 1.500 | 2,04 |
| 168 | 202010619 | DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS | 1.500 | 1,40 |
| 169 | 202010627 | DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES | 1.000 | 1,85 |
| 170 | 202070301 | DOSAGEM DE QUINIDINA | 250 | 10,00 |
| 171 | 202060314 | DOSAGEM DE RENINA | 50 | 13,19 |
| 172 | 202070310 | DOSAGEM DE SALICILATOS | 250 | 2,01 |
| 173 | 202010635 | DOSAGEM DE SODIO | 4.000 | 1,85 |
| 174 | 202060322 | DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1) | 50 | 15,35 |

| | | | | |
|-----|-----------|--|--------|-------|
| 175 | 202060330 | DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA(DHEAS) | 50 | 13,11 |
| 176 | 202070328 | DOSAGEM DE SULFATOS | 250 | 3,51 |
| 177 | 202070336 | DOSAGEM DE TEOFILINA | 250 | 15,65 |
| 178 | 202060349 | DOSAGEM DE TESTOSTERONA | 500 | 10,43 |
| 179 | 202060357 | DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE | 300 | 13,11 |
| 180 | 202070344 | DOSAGEM DE TIOCIANATO | 250 | 3,68 |
| 181 | 202060365 | DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA | 300 | 15,35 |
| 182 | 202060373 | DOSAGEM DE TIROXINA (T4) | 4.000 | 8,76 |
| 183 | 202060381 | DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) | 6.000 | 11,60 |
| 184 | 202010643 | DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO - OXALACETICA (TGO) | 8.000 | 2,01 |
| 185 | 202010651 | DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO - PIRUVICA(TGP) | 8.000 | 2,01 |
| 186 | 202010660 | DOSAGEM DE TRANSFERRINA | 300 | 4,12 |
| 187 | 202010678 | DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS | 9.000 | 3,51 |
| 188 | 202060390 | DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) | 6.500 | 8,71 |
| 189 | 202010686 | DOSAGEM DE TRIPTOFANO | 250 | 3,51 |
| 190 | 202110087 | DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO) | 250 | 13,20 |
| 191 | 202010694 | DOSAGEM DE UREIA | 8.200 | 1,85 |
| 192 | 202010708 | DOSAGEM DE VITAMINA B12 | 8.200 | 15,24 |
| 193 | 202070352 | DOSAGEM DE ZINCO | 1.000 | 15,65 |
| 194 | 202050122 | DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS | 250 | 3,04 |
| 195 | 202020355 | ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA | 50 | 5,41 |
| 196 | 202010716 | ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS | 50 | 3,68 |
| 197 | 202010724 | ELETROFORESE DE PROTEINAS | 50 | 4,42 |
| 198 | 202020363 | ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO) | 250 | 2,73 |
| 199 | 202090175 | ESPLENOGRAMA | 250 | 5,79 |
| 200 | 202040038 | EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL | 250 | 3,04 |
| 201 | 202090183 | EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL EESPECIFICA DE CELULAS | 250 | 1,89 |
| 202 | 202080145 | EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO) | 50 | 2,80 |
| 203 | 202050130 | EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS | 250 | 3,70 |
| 204 | 202010732 | GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE) | 250 | 15,65 |
| 205 | 202020371 | HEMATOCRITO | 250 | 1,53 |
| 206 | 202080153 | HEMOCULTURA | 50 | 11,49 |
| 207 | 202020380 | HEMOGRAMA COMPLETO | 13.000 | 4,11 |
| 208 | 202040046 | IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS | 2.000 | 1,65 |
| 209 | 202030229 | IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS | 250 | 17,16 |
| 210 | 202030237 | IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (PORMARCADOR) | 300 | 80,00 |
| 211 | 202020398 | LEUCOGRAMA | 50 | 2,73 |
| 212 | 202090191 | MIELOGRAMA | 250 | 5,79 |
| 213 | 202080170 | PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI | 250 | 4,33 |
| 214 | 202050149 | PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA) | 250 | 3,70 |
| 215 | 202050165 | PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA | 350 | 3,70 |
| 216 | 202030253 | PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA | 50 | 10,00 |
| 217 | 202030261 | PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA | 50 | 10,00 |
| 218 | 202030270 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - DNA | 50 | 8,67 |



| | | | | |
|-----|-----------|--|-------|-------|
| 219 | 202030296 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – HIV - 1 (WESTERN BLOT) | 50 | 85,00 |
| 220 | 202030300 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – HIV -1 + HIV-2 (ELISA) | 2.000 | 10,00 |
| 221 | 202030342 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI - SM | 50 | 17,16 |
| 222 | 202030369 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI – SS - B (LA) | 50 | 18,55 |
| 223 | 202030288 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI -HELICOBACTER PYLORI | 250 | 17,16 |
| 224 | 202030334 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI –SCHISTOSOMAS | 250 | 5,74 |
| 225 | 202030350 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI –SS - A (RO) | 50 | 18,55 |
| 226 | 202030377 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS | 250 | 9,25 |
| 227 | 202030385 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS | 250 | 10,00 |
| 228 | 202030393 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS | 250 | 9,25 |
| 229 | 202030407 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS | 250 | 3,70 |
| 230 | 202030415 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO | 250 | 5,83 |
| 231 | 202030423 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA) | 50 | 10,00 |
| 232 | 202030431 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL | 250 | 17,16 |
| 233 | 202030440 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS | 250 | 9,25 |
| 234 | 202030458 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL70) | 250 | 10,00 |
| 235 | 202030466 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES | 50 | 9,70 |
| 236 | 202090213 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA) | 250 | 9,70 |
| 237 | 202030474 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO) | 50 | 2,83 |
| 238 | 202030482 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO | 250 | 10,00 |
| 239 | 202030504 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO | 250 | 10,00 |
| 240 | 202030512 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS | 250 | 10,00 |
| 241 | 202030520 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA | 250 | 17,16 |
| 242 | 202030539 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS | 250 | 4,10 |
| 243 | 202030547 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA | 250 | 5,50 |
| 244 | 202030555 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS | 250 | 17,16 |
| 245 | 202030563 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA | 250 | 17,16 |
| 246 | 202030571 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO | 250 | 17,16 |
| 247 | 202030580 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO | 250 | 17,16 |
| 248 | 202030598 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO | 250 | 17,16 |
| 249 | 202030601 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS | 250 | 17,16 |
| 250 | 202030610 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS | 250 | 10,00 |
| 251 | 202030628 | PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA | 250 | 17,16 |
| 252 | 202030636 | PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI - HBS) | 300 | 18,55 |
| 253 | 202030644 | PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DOVIRUS DA HEPATITE B (ANTI - HBE) | 50 | 18,55 |
| 254 | 202030652 | PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA | 250 | 7,78 |
| 255 | 202030687 | PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI - HDV) | 50 | 18,55 |
| 256 | 202030695 | PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO | 250 | 9,25 |
| 257 | 202030709 | PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS | 250 | 4,10 |
| 258 | | PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO | 250 | 18,55 |

| | | | | |
|-----|-----------|--|-------|-------|
| | 202030717 | VIRUSSINCIAL RESPIRATORIO | | |
| 259 | 202030725 | PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA | 250 | 17,16 |
| 260 | 202030733 | PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN - BARR | 250 | 2,83 |
| 261 | 202030741 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS | 50 | 11,00 |
| 262 | 202030750 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS | 250 | 9,25 |
| 263 | 202030768 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA | 400 | 16,97 |
| 264 | 202030776 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI | 250 | 9,25 |
| 265 | 202030784 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI - HBC - IGG) | 250 | 18,55 |
| 266 | 202030792 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS(DENGUE E FEBRE AMARELA) | 5.000 | 30,00 |
| 267 | 202030830 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN - BARR | 250 | 17,16 |
| 268 | 202030849 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES | 50 | 17,16 |
| 269 | 202030806 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DAHEPATITE A (HAV - IGG) | 300 | 18,55 |
| 270 | 202030814 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DARUBEOLA | 50 | 17,16 |
| 271 | 202030822 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DAVARICELA-HERPES ZOSTER | 50 | 17,16 |
| 272 | 202030857 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS | 50 | 11,61 |
| 273 | 202030865 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS | 250 | 10,00 |
| 274 | 202030873 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA | 400 | 18,55 |
| 275 | 202030881 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI | 50 | 9,25 |
| 276 | 202030890 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI - HBC - IGM) | 250 | 18,55 |
| 277 | 202030903 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS(DENGUE E FEBRE AMARELA) | 5.000 | 20,00 |
| 278 | 202030954 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES | 50 | 17,16 |
| 279 | 202030911 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DAHEPATITE A (HAV - IGG) | 500 | 18,55 |
| 280 | 202030920 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DARUBEOLA | 50 | 17,16 |
| 281 | 202030938 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DAVARICELA-HERPES ZOSTER | 50 | 17,16 |
| 282 | 202030946 | PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN - BARR | 250 | 17,16 |
| 283 | 202030962 | PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA) | 800 | 13,35 |
| 284 | 202030989 | PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG) | 50 | 18,55 |
| 285 | 202080188 | PESQUISA DE BACILO DIFTERICO | 250 | 2,80 |
| 286 | 202050181 | PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA | 350 | 2,40 |
| 287 | 202020410 | PESQUISA DE CELULAS LE | 250 | 4,11 |
| 288 | 202090248 | PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS | 250 | 1,89 |
| 289 | 202050190 | PESQUISA DE CISTINA NA URINA | 250 | 2,04 |
| 290 | 202030997 | PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA) | 250 | 60,00 |

| | | | | |
|-----|-----------|--|-------|-------|
| 291 | 202031004 | PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS | 250 | 2,83 |
| 292 | 202090256 | PESQUISA DE CRISTAIS C/LUZ POLARIZADA | 250 | 1,89 |
| 293 | 202040054 | PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUSOXIURA) | 250 | 1,65 |
| 294 | 202040062 | PESQUISA DE EOSINOFILOS | 250 | 1,65 |
| 295 | 202050211 | PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA | 250 | 3,70 |
| 296 | 202090264 | PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA) | 50 | 4,80 |
| 297 | 202080196 | PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA - HEMOLITICOSDO GRUPO A | 250 | 4,33 |
| 298 | 202031012 | PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER - ROSE) | 250 | 4,10 |
| 299 | 202120082 | PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) | 1.500 | 1,37 |
| 300 | 202050220 | PESQUISA DE FENIL - CETONA NA URINA | 250 | 2,04 |
| 301 | 202020436 | PESQUISA DE FILARIA | 250 | 2,73 |
| 302 | 202050238 | PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA | 250 | 2,04 |
| 303 | 202050246 | PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA | 250 | 3,36 |
| 304 | 202050254 | PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DEGRAVIDEZ) | 250 | 7,85 |
| 305 | 202040070 | PESQUISA DE GORDURA FECAL | 250 | 1,65 |
| 306 | 202080200 | PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY | 250 | 2,80 |
| 307 | 202080218 | PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI | 250 | 4,33 |
| 308 | 202020444 | PESQUISA DE HEMOGLOBINA S | 250 | 2,73 |
| 309 | 202050262 | PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA | 250 | 2,04 |
| 310 | 202031039 | PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO - ESPECIFICA | 300 | 9,25 |
| 311 | 202050270 | PESQUISA DE LACTOSE NA URINA | 250 | 2,04 |
| 312 | 202040089 | PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES | 250 | 1,65 |
| 313 | 202080226 | PESQUISA DE LEPTOSPIRAS | 250 | 2,80 |
| 314 | 202040097 | PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES | 50 | 1,65 |
| 315 | 202040100 | PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES | 250 | 1,65 |
| 316 | 202060470 | PESQUISA DE MACROPROLACTINA | 50 | 12,15 |
| 317 | 202050289 | PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA | 250 | 3,70 |
| 318 | 202040119 | PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA) | 250 | 1,65 |
| 319 | 202040127 | PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS | 250 | 1,65 |
| 320 | 202050300 | PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE) | 250 | 4,44 |
| 321 | 202040135 | PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES | 250 | 10,25 |
| 322 | 202040143 | PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES | 1.500 | 1,65 |
| 323 | 202040151 | PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES | 250 | 1,65 |
| 324 | 202050319 | PESQUISA DE TIROSINA NA URINA | 250 | 2,04 |
| 325 | 202080234 | PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM | 250 | 5,04 |
| 326 | 202020460 | PESQUISA DE TRIPANOSSOMA | 50 | 2,73 |
| 327 | 202040178 | PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES | 250 | 1,65 |
| 328 | 202031047 | PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA) | 350 | 10,00 |
| 329 | 202031543 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 EM GESTANTE | 200 | 18,55 |
| 330 | 202031551 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2 EM PARCEIRO OU PARCERIA DE GESTANTE | 20 | 18,55 |
| 331 | 202031535 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS ANTI- | 10 | 18,55 |

| | | | | |
|-----|-----------|---|-------|--------|
| | | HTLV-1 + HTLV-2 PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCERIA) | | |
| 332 | 202031470 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCERIA) | 30 | 18,55 |
| 333 | 202031489 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) EM GESTANTE | 30 | 18,55 |
| 334 | 202031497 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) EM PARCEIRO OU PARCERIA DE GESTANTE | 30 | 18,55 |
| 335 | 202031446 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCERIA) | 30 | 18,55 |
| 336 | 202031454 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) EM GESTANTE | 30 | 18,55 |
| 337 | 202031462 | PESQUISA LABORATORIAL DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) EM PARCEIRO OU PARCERIA DE GESTANTE | 30 | 18,55 |
| 338 | 202010740 | PROVA DA D - XILOSE | 200 | 3,68 |
| 339 | 202020487 | PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA | 250 | 4,11 |
| 340 | 202050327 | PROVA DE DILUICAO (URINA) | 250 | 2,04 |
| 341 | 202090280 | PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA) | 250 | 9,70 |
| 342 | 202020495 | PROVA DE RETRACAO DO COAGULO | 250 | 2,73 |
| 343 | 202020509 | PROVA DO LACO | 250 | 2,73 |
| 344 | 202090299 | PROVA DO LATEX PARA HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIP) | 250 | 1,89 |
| 345 | 202090302 | PROVA DO LATEX PARA PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE | 250 | 1,89 |
| 346 | 202031055 | PROVAS DE PRAUSNITZ - KUSTNER (PK) | 350 | 1,77 |
| 347 | 202031063 | PROVAS IMUNO - ALERGICAS BACTERIANAS | 350 | 1,77 |
| 348 | 202031071 | QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1 | 350 | 18,00 |
| 349 | 202031080 | QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C | 350 | 168,48 |
| 350 | 202020517 | RASTREIO PARA DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS | 250 | 2,73 |
| 351 | 202031098 | REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS | 1.000 | 4,10 |
| 352 | 202031101 | REACAO DE MONTENEGRO ID | 350 | 2,83 |
| 353 | 202090310 | REACAO DE PANDY | 250 | 1,89 |
| 354 | 202020525 | TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS | 250 | 12,00 |
| 355 | 202090337 | TESTE DE CLEMENTS | 250 | 1,89 |
| 356 | 202090345 | TESTE DE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASALPOR 60 EM 4 AMOSTRAS | 250 | 4,69 |
| 357 | 202020533 | TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA) | 250 | 2,73 |
| 358 | 202090353 | TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO | 250 | 4,69 |
| 359 | 202010759 | TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES ORAIS | 250 | 6,55 |
| 360 | 202031110 | TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS | 1.000 | 2,83 |
| 361 | 202020541 | TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) | 250 | 2,73 |
| 362 | 202031136 | TESTE FTA - ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS | 50 | 10,00 |
| 363 | 202031420 | TESTE FTA-ABS TOTAL PARA DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS EM GESTANTE | 10 | 20,00 |

| | | | | |
|-----|-----------|--|-------|-------|
| 364 | 202031438 | TESTE FTA-ABS TOTAL PARA DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS EM PARCEIRO OU PARCERIA DE GESTANTE | 10 | 20,00 |
| 365 | 202031438 | TESTE FTA-ABS TOTAL PARA DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS EM PARCEIRO OU PARCERIA DE GESTANTE | 10 | 20,00 |
| 366 | 202031411 | TESTE FTA-ABS TOTAL PARA DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCERIA) | 10 | 20,00 |
| 367 | 202120090 | TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) | 50 | 2,73 |
| 368 | 202060462 | TESTE PARA INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS | 250 | 8,43 |
| 369 | 202031144 | TESTES ALERGICOS DE CONTATO | 250 | 1,77 |
| 370 | 202031152 | TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA | 250 | 1,77 |
| 371 | 202120104 | TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B | 250 | 5,79 |
| 372 | 202031179 | VDRL PARA DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE | 1.000 | 2,83 |
| 373 | - | DENGUE ANTIGENO SN1 | 300 | 59,90 |
| 374 | - | PESQUISA DE ANTIGENOS COMBINADOS: SARS-COV-2 (COVID-19) E INFLUENZA A E B | 300 | 41,06 |
| 375 | - | COLETA DE SANGUE – LACEN | 100 | 10,00 |

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 5990/2026 que “Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021”.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária e financeiras da secretaria municipal de saúde.

Glorinha, 12 de junho de 2026.

Hiorana de Ávila do Nascimento
Setor de Compras Licitações



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488/2007

(nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu Contador, o Sr. (nome), portador da Cédula de Identidade RG n.º e do CPF n.º **DECLARA**, sob as penas da lei, que é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no § 4º, do art. 3º, gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar.

LOCAL E DATA,

Assinatura do Profissional Contábil ou Representante Legal

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”

AV. DR. POMPÍLIO GOMES SOBRINHO, 23.400 – CENTRO – CEP: 94380-000 – FONE/FAX: 0XX(51)3487-1020 E-mail: luciane@glorinha.rs.gov.br

Assinado por 1 pessoa: CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://glorinha.1doc.com.br/verificacao/8B98-0B9A-6F84-C5D3> e informe o código 8B98-0B9A-6F84-C5D3





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), _____, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, **DECLARA:**

- a) não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos;
() Emprega menor de dezesseis na condição de aprendiz;
- b) que atende a todas as exigências de HABILITAÇÃO contidas no referido Edital; e
- c) que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas; e que não sofreu condenação por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, nos últimos anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Glorinha, de de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa

(Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ENDEREÇO ELETRÔNICO

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente), CPF _____, RG Nº _____, residente e domiciliado na Rua, _____, nº _____, Bairro: _____, na cidade de _____ para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA, **DECLARA:**

-que indica o seguinte endereço eletrônico: _____ para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, Declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Glorinha, de de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa

(Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

**VERIFICAR SE A EMPRESA SE SUBMETE AO REGRAMENTO CONTIDO NO
ART. 93 LEI 8.213/91.**

EM CASO POSITIVO, UTILIZAR O MODELO 1.

EM CASO NEGATIVO, UTILIZAR O MODELO 2.

MODELO 1

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do seu Representante legal Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/2023, que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei 8.213/91, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

MODELO 2

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do seu Representante legal Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº _____/2023, que está ciente do regramento constante no Art. 93 da Lei 8.213/91 quanto às exigências de reserva de cargos prevista para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, e que não se enquadra na referida obrigação legal até a presente data.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Glorinha, de de

Assinatura e identificação do representante legal da empresa

(Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu, _____, portador do RG nº, CPF nº, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa _____, inscrita no CNPJ nº, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal de Glorinha/RS, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

"Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

"IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;"

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

DECLARANTE

EMPRESA

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Prefeitura Municipal de Glorinha

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0XX/2026

Assunto: Proposta Comercial

Razão Social do Proponente: _____ CNPJ

do Proponente ____/____-____

Endereço/ telefone/ e-mail

Dados bancários: _____

Encaminhamos, abaixo, nossa proposta comercial referente ao objeto previsto no procedimento licitatório em epígrafe, declarando que, no preço ofertado, estão incluídos todos os custos referentes ao cumprimento do objeto, conforme exigências do edital.

| Item | Especificação | Marca | Quant. | Unidade | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------------|---------------|-------|--------|---------|--------------------|-----------------|
| 0XX | | | | | | |

Valor TOTAL da Proposta: R\$ _____

Prazo de validade da proposta: no mínimo **90 (noventa) dias**, conforme edital.

Prazo para elaboração dos serviços: 10 dias úteis do recebimento da Ordem de Compras/Nota de Empenho ou conforme data agendada pela contratante, sem nenhum ônus adicional à contratante.

Declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a esta licitação e manifestamos plena concordância com as condições estabelecidas no Edital.

Data e Assinatura do proponente

(Se PROCURADOR, **anexar cópia da PROCURAÇÃO** autenticada ou com o original)

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2025
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO VIII
MODELO

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA/RS
PREGÃO N º

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº , estabelecida na Rua, nº ..., Bairro ..., na cidade de , por meio de seu representante legal, Sr., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº ..., portador da cédula de identidade nº ..., residente e domiciliado na Rua, nº ..., Bairro, na cidade de, DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

....., de, de 2026.

Assinatura do representante legal



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026**

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2025
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO IX**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026**

O MUNICÍPIO DE GLORINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 91.338.558/0001-37, com sede na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 23.400, Centro de Glorinha, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 029.866.860-28, doravante denominado **MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições, nos termos Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.990/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma, para REGISTRO DE PREÇOS Nº/....., com itens homologados em/...../....., Processo Administrativo nº/. , RESOLVE registrar os preços das empresas abaixo elencadas, doravante denominadas **FORNECEDORAS**, de acordo com a classificação por elas alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com as disposições presentes.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição/contratação de**, para as Secretarias Municipais.....; conforme Termo de referência - **Anexo I**, do Edital de **Pregão.....nº/.....**, que fundamenta esta Ata, assim como a proposta vencedora, independente da transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações ou aquisições que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igual de condições.

2. DAS FORNECEDORAS/ ITENS E VALORES REGISTRADOS**FORNECEDORA 01**

| | | | |
|----------------------|---------------|------|--|
| CNPJ Nº | Razão Social: | | |
| Endereço: | | | |
| Cidade: | UF: | CEP: | |
| Telefone: | Fax: | | |
| Endereço Eletrônico: | | | |





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

2.1. As licitantes vencedoras, os itens e os valores registrados, constam em anexo, conforme Ata de Vencedores, disponível no Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir de xx/xx/xxxx tendo validade até xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogado por até igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata, os quantitativos poderão ser renovados em sua integralidade.

3.3. Os valores registrados, em caso de prorrogação, serão reajustados de acordo com a variação do IPCA, após o período de 12 (doze) meses.

4. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

4.1. O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Setor de Compras e Licitações, mediante assinatura de Contrato ou emissão de Autorização de Compras/Empenho, observada as condições contidas no Edital.

4.2. O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante o recebimento da Autorização de Compras/Empenho decorrente desta Ata de Registro de Preços e/ou Contrato firmado, conforme previsto no Edital de **Pregão.....nº**/.....

4.3. A presente ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme consta no Termo de Referência ou **até o 15 (décimo quinto) dia útil**, da entrega do objeto, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, conforme autorização de compras/empenho emitida pela Secretaria solicitante e atestada pelo Secretário da pasta, por depósito em conta corrente do fornecedor, conforme as quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal, juntamente com a documentação comprobatória completa, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

5.2. Para o caso de faturas incorretas e ou falta de documentação comprobatória relacionadas no contrato, a Prefeitura Municipal de Glorinha terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para devolução à contratada, passando a contar novo prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA e ou documentação comprobatória, abaixo relacionada.

- Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);
- Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;
- Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;
- Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;
- Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

5.3. Na Nota Fiscal do produto deverá constar o código GTIN do mesmo, conforme §6º da cláusula terceira do ajuste SINIEF Nº 07/2005, quando for o caso.

5.4. Para o caso de faturas incorretas, a Prefeitura Municipal de Glorinha devolverá à licitante vencedora a nota fiscal/fatura, passando a contar novamente o prazo para pagamento, após a nova emissão;

5.5. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria Municipal solicitante.

5.6. Os pagamentos serão efetuados somente em CONTA BANCÁRIA, em nome da Pessoa Jurídica.

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no art. 124, II letra "d" da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a administração municipal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º A redução do preço registrado será comunicada pela administração municipal às unidades administrativas que tiverem formalizado contrato com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, ou seja antes da emissão do empenho, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a administração municipal a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, ou comunicar seus preços atualizados.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados, decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

6.4. Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal da Administração e Planejamento deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5. Os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro deverão ser encaminhados com a tabela abaixo preenchida constando todas as informações contidas na mesma:

a) Em caso de materiais:

| Item | Produto | Preço de custo | Valor declarado vencedor | Margem % | Nota fiscal nº | Preço de custo | Valor reequilibrado | Margem % | Nota fiscal nº |
|------|---------|----------------|--------------------------|----------|----------------|----------------|---------------------|----------|----------------|
| | | R\$ | R\$ | % | | R\$ | | % | |

b) Em caso de serviços:

| Item | Serviço | Item do preço global do serviço | Preço de custo do item no preço global do serviço | Preço reajustado do item | Nota fiscal nº (ou outras comprovações) | Valor reequilibrado do serviço |
|------|---------|---------------------------------|---|--------------------------|---|--------------------------------|
| | | R\$ | R\$ | R\$ | | R\$ |

6.6. O Setor de Compras e Licitações deverá certificar no certame, que os preços solicitados no pedido de reequilíbrio estão compatíveis com os de mercado, através de análise técnica de Contador do Município.

6.6.1. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro poderá acarretar substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6.6.2. As empresas que encaminharem o pedido de equilíbrio econômico-financeiro em desconformidade com as condições do item 6 terão os pedidos indeferidos e apenas poderão encaminhar novo pedido no mês subsequente, sem prejuízo de manter o valor proposto e efetuar a entrega das mercadorias durante o período.

7. DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art.137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize de prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo de incidência das sanções previstas no Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

7.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão previstos nos arts. 124 ao 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Pela Administração quando: O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

IV - não aceitar o preço revisado pela Administração.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela administração municipal:

I - pelo cancelamento de preços registrados;

II - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências





incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

III - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no

O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.5. Pelo FORNECEDOR, quando:

a) mediante solicitação formal, o mesmo comprovar estar impossibilitado definitivamente de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

b) O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

c) A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

d) No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

e) A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos PRODUTOS, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na Cláusula nona, desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

f) Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos PRODUTOS constantes do registro de preços.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;





PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

III - impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

a) Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

b) A sanção prevista no inciso I do **caput** deste item será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do Item 9](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

c) A sanção prevista no inciso II do **caput** deste item, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21.

d) A sanção prevista no inciso III do **caput** deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do item 9](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

e) A sanção prevista no inciso IV do **caput** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do item 9](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na letra "d" deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

f) A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste item será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

g) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste item.

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

i) A aplicação das sanções previstas no **caput** deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.3. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do item 9.2](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.4. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do item 9.2 do edital](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15





(quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

a) Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

b) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

c) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

d) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste item;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

9.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.7. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

9.7.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput](#), o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

9.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

9.8.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas.

9.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;





III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

a) A sanção pelas infrações previstas nos [incisos VIII](#) e [XII do caput](#), exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.10. As sanções descritas no *caput* também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocado, não honrar o compromisso assumido, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) e dos serviços prestados. Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria Municipal solicitante, ao receber a NF, emitir o competente Termo de Recebimento do material/serviço, devendo, para tanto, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas juntamente com a documentação comprobatória completa (abaixo relacionada), que é prevista em contrato, que deverão ser entregues no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Glorinha. O prazo acima previsto contará a partir do recebimento no Setor de Contabilidade.

a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal (RFB);

b) Certidão de Regularidade de Pessoa Jurídica do FGTS;

c) Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal do Município ou sede do licitante;

d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal do Município de Glorinha/RS;

e) Certidão de Regularidade da Fazenda Estadual;

f) Certidão de Regularidade de débitos trabalhistas junto ao Tribunal Superior do Trabalho (CNDT).

10.2. Não será aceito produto/serviço que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os objetos recusados pela Fiscalização Contratual deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de até 10 dias, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização Contratual.

10.3. Em caso de aprovação do produto/serviço pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, juntamente com um atestado, à SMF/Contabilidade.

10.4. A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração Municipal, a fim de representá-la durante a execução contratual.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais/serviços, por parte das Secretarias Municipais, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação do serviço entregue ao Poder Público.

10.6. Comunicar oficialmente à empresa contratada quanto à rejeição do(s) serviços(s).

10.7. Exigir da empresa contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

10.8. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

10.9. Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à Empresa contratada.

10.10. Instruir o(s) recurso(s) da empresa contratada no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município.

10.11. No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de fornecimento dos produtos, tais como os prazos para entrega, recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor

registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de referência – Anexo I.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 5.990/2023, de 31 de março de 2023 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

11.3. O prazo de vigência do presente contrato se inicia a partir da data de assinatura do mesmo, que ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme previsto no edital.

12. DA DIVULGAÇÃO

12.1. A publicação desta Ata de Registro de Preços far-se-á através do site oficial do município, tão logo assinado por ambas as partes.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia a Secretaria participante.

Glorinha, xx de xxxxxx de xxxx.

Carlos Leonardo Vargas Carvalho
Prefeito Municipal

Representante Legal da Fornecedora 01

Representante Legal da Fornecedora 02

Fiscais do Contrato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURAMUNICIPAL DE GLORINHA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

FINALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 865/2026
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ANEXO X
MODELO

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS -
LEI N. 13.709/2018.**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do seu Representante legal Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que:

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.
5. A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

....., de....., de 2025.

Assinatura do representante legal

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8B98-0B9A-6F84-C5D3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CARLOS LEONARDO VARGAS CARVALHO (CPF 010.XXX.XXX-06) em 17/06/2026 12:05:32
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://glorinha.1doc.com.br/verificacao/8B98-0B9A-6F84-C5D3>